

PROPOSTAS FIRJAN PARA UM Brasil 4.0



ESFERA MUNICIPAL | OUT. 2024

Propostas para
alavancar a indústria
fluminense e promover o
crescimento econômico
do estado do Rio.

Ficha Catalográfica

F523p Firjan
 Propostas Firjan para um Brasil 4.0 : esfera municipal : Nova Iguaçu
 e região - 2025-2028. / Firjan. – Rio de Janeiro: Firjan, 2024.
 11 p. : il., color.

1. Desenvolvimento econômico. 2. Produtividade industrial.
3. Indústria fluminense. 4. Rio de Janeiro (Estado). 5. Nova Iguaçu
I. Título.

CDD 338.98153



OUT. 2024

www.firjan.com.br

Av. Graça Aranha, 1, 12º andar
Centro, Rio de Janeiro
presidencia@firjan.com.br

Expediente

Firjan – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro

Presidente

Luiz César Caetano

1º vice-presidente Firjan

Carlos Erane de Aguiar

2º vice-presidente Firjan

Henrique Antônio Nora Oliveira Lima Junior

1º vice-presidente Firjan CIRJ

Isadora Landau Remy

2º vice-presidente Firjan CIRJ

Antônio Carlos Vilela

Presidente da Firjan Nova Iguaçu e Região

Marcelo Kaiuca

Vice-presidente da Firjan Nova Iguaçu e Região

Silvia Lantimant

Diretora de Gestão de Pessoas, Diversidade e Produtividade

Adriana Torres

Diretor Executivo SESI SENAI

Alexandre dos Reis

Diretora de Compliance e Jurídico

Gisela Pimenta Gadelha

Diretora de Finanças e Serviços Corporativos

Luciana Costa M. de Sá

Diretor de Competitividade Industrial e Comunicação Corporativa (Interino)

Luis Augusto Azevedo

Diretor de Educação e Cultura

Vinícius Cardoso

CONTEÚDO TÉCNICO

GERÊNCIA-GERAL DE COMPETITIVIDADE

Gerente-geral de Competitividade

Luis Augusto Azevedo

Coordenadora de Suporte à Competitividade Empresarial

Júlia Nicolau Butter

Equipe Técnica

Taíssa Farias Soffiatti

Vitor Amaral de Pinho

Arthur Calaça Leiros

Gustavo Rocha Titonelli da Silva

PROJETO GRÁFICO

GERÊNCIA-GERAL DE REPUTAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Gerente-geral de Reputação e Comunicação

Karla de Melo

Gerente de Comunicação Corporativa e Eventos

Amanda Zarife

Gerente de Publicidade e Marca

Fernanda Marino

Coordenadora de Criação e Produção Audiovisual

Danielle Pascoalino

Equipe Técnica

Margareth Moreira

Renata Ventura

Pelo desenvolvimento regional

Em 2022, a Firjan lançou a Agenda de Propostas para um Brasil 4.0, contendo pautas empresariais fluminenses nas esferas federal e estadual. São propostas que visam alavancar a produtividade da indústria e promover o crescimento econômico do Rio de Janeiro e do Brasil. Mundialmente, o bom desempenho das economias mais fortes está intrinsecamente relacionado à elevada competitividade empresarial. O aumento da produtividade, portanto, é condição *sine qua non* para o crescimento econômico.

Ao mesmo tempo em que depende de uma gestão corporativa eficiente, a produtividade dos fatores das empresas requer que os governos ofereçam um ambiente de negócios favorável, que propicie: trabalhadores qualificados, carga tributária competitiva, segurança institucional e jurídica, fomento à inovação, sustentabilidade fiscal e socioambiental, infraestrutura adequada e simplificação da burocracia.

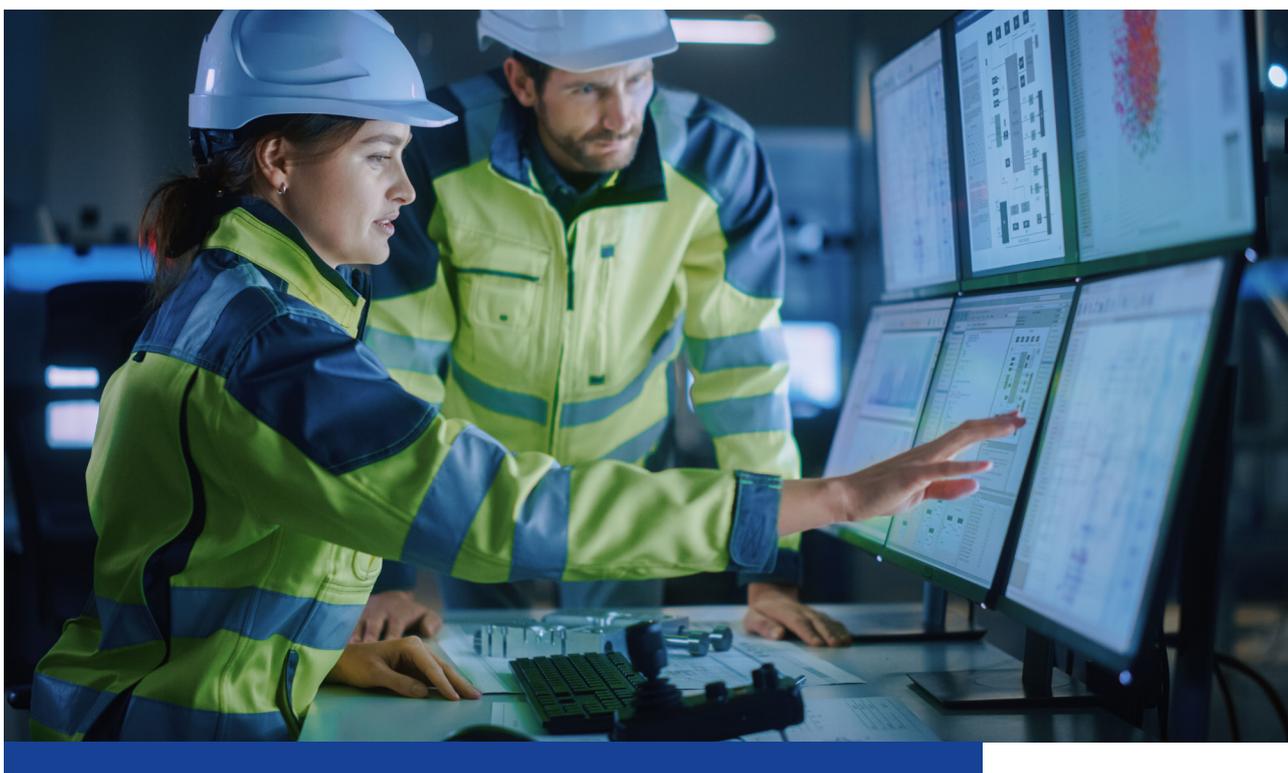
Os desafios para a elevação da produtividade são observados em todas as esferas. Diante das eleições que definirão os gestores municipais para o período

2025-2028, a federação conduziu uma atualização das pautas empresariais para as prefeituras fluminenses, organizadas regionalmente. Ao todo são dez regiões: Duque de Caxias e Região, Capital, Centro-Norte, Centro-Sul, Leste, Nova Iguaçu e Região, Noroeste, Norte, Serrana e Sul.

Partindo das Agendas Regionais Municipais 2021-2024, foram conduzidos debates com cerca de 200 empresas dos Conselhos Regionais da Firjan de todas as regiões do estado a respeito dos temas críticos para o desenvolvimento socioeconômico.

O presente documento tem por objetivo apoiar os próximos gestores municipais na identificação das prioridades para o desenvolvimento de Nova Iguaçu e Região a partir do fomento à competitividade e à produtividade da indústria fluminense.

Nova Iguaçu e Região é composta pelos municípios de Itaguaí, Japeri, Mangaratiba, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Seropédica e pelos bairros de Bangu, Campo Grande, Santa Cruz e Sepetiba (localizados na cidade do Rio de Janeiro).



Propostas prioritárias para Nova Iguaçu e Região

As propostas priorizadas pelo Conselho Empresarial de Nova Iguaçu e Região foram organizadas segundo os pilares da Agenda de Propostas Firjan para um Brasil 4.0, apresentados a seguir.

Pilares da Agenda de Propostas Firjan para um Brasil 4.0

Ambiente de negócios	Infraestrutura	Capital humano	Eficiência do estado
Facilidade para abrir/operar uma empresa	Energia elétrica	Educação básica	Reforma administrativa
Acesso a crédito	Mobilidade urbana	Formação profissional	Segurança institucional e jurídica
Sistema tributário	Logística	Legislação trabalhista	Gestão pública
Comércio exterior	Telecomunicações	Saúde do trabalhador	
Segurança pública	Petróleo e gás		
Inovação	Ordenamento urbano		
Sustentabilidade (economia circular, reciclagem, mercado de carbono, ODS, investimento social)			

Nas seções seguintes são apontadas as propostas priorizadas, majoritariamente relacionadas a ambiente de negócios e infraestrutura.

Segurança pública

A segurança pública é um importante desafio em todo o estado do Rio de Janeiro. Além do imensurável custo humano, a insegurança gera prejuízos enormes para toda a sociedade. Em 2021, o estado registrou uma média de 12 roubos de carga por dia (4.521 no ano),¹ crime que, junto com a falsificação de produtos e a importação de produtos piratas, sustenta o mercado ilegal.² Segundo estimativa do *World Trade Review*,³ 73% dos brasileiros consomem produtos piratas anualmente. Considerando que o Rio de Janeiro possui a segunda maior economia e o terceiro maior mercado consumidor do país, é um número alarmante. Dessa forma, é evidente que o país demanda esforços para melhorar as condições de segurança pública em todos os níveis de governo. As prefeituras são agentes importantes no combate à comercialização de produtos do mercado ilegal e na interlocução com o governo estadual para melhoria da segurança pública.

Todos os municípios de Nova Iguaçu e Região são atendidos pelo programa Segurança Presente, com exceção de Mangaratiba. O programa tem como objetivo combater pequenos delitos e cooperar na segurança pública em locais estratégicos. O município de Japeri pretende inaugurar ainda em 2024, um posto de policiamento avançado, que abrigará a sede da Secretaria Municipal de Segurança, Trânsito, Transporte e Ordem Urbana e Postura (Semustop) e o Batalhão de Polícia Rodoviária da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (BPRV – PMERJ), com investimento superior a R\$ 2 milhões, fruto da parceria público-privada entre a prefeitura de Japeri

e a Empresa de Cosméticos Granado.

Em 2023, houve redução no número de ocorrências de roubo de carga. Dito isso, vale destacar que a CISP 56 – Comendador Soares concentrou cerca de 40% dos casos da região no mesmo ano. Ao longo do último ano, algumas ações foram implementadas para melhoria da segurança na região, sendo a principal delas o reforço de agentes de forças de segurança para atuarem em operações conjuntas nas principais rodovias do estado e nos bloqueios de rotas usadas para transportar cargas, veículos roubados, drogas e armas. Essas ações em grande parte são fruto do Grupo de Trabalho de Enfrentamento ao Roubo de Cargas na Baixada Fluminense, criado pela Firjan em 2023, que busca combater todo o elo criminoso que sustenta e financia o crime de roubo de cargas e a criminalidade em geral, por meio do incentivo às ações de fiscalização na venda de mercadorias em feiras livres, bem como o reforço de agentes de forças de segurança para atuarem em operações conjuntas nas principais rodovias do estado. A interlocução dos representantes das secretarias municipais de Segurança Pública é essencial para o resultado positivo dessas ações.

A região tem avançado nos pleitos de segurança pública e na articulação entre o setor público, forças policiais, empresários e população. Essa sinergia e trabalho conjunto precisam ser mantidos para garantir a continuidade da redução da criminalidade em todos os municípios da região.

Proposta 1 - Atuar junto ao governo estadual para melhorar as condições de segurança pública, com foco em coibir toda a cadeia de roubo de carga e em aumentar a proteção e o policiamento nas áreas industriais e na região do Arco Metropolitano.

¹ Acesse a publicação da Firjan *Panorama do roubo de carga no estado do Rio de Janeiro* (2024) em <https://www.firjan.com.br/publicacoes/publicacoes-de-economia/o-impacto-economico-do-roubo-de-cargas-no-estado-do-rio-de-janeiro-1.htm>.

² Acesse a publicação da Firjan *Brasil Ilegal em Números* (2024) em <https://www.firjan.com.br/publicacoes/publicacoes-de-economia/combate-ao-brasil-ilegal-1.htm>.

³ Acesse as estatísticas da World Trade Organization em https://www.wto.org/english/res_e/publications_e/publications_e.htm.

Facilidade para abrir/operar uma empresa

Desde a criação do Comitê Gestor de Registro Empresarial Integrado (Cogire), os processos de abertura e licenciamento de empresas vêm sendo simplificados com a integração dos órgãos estaduais e municípios do Rio de Janeiro ao Sistema de Registro Integrado (Regin). Coordenado pela Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (Jucerja) e envolve atuação da Receita Federal, Secretaria Estadual de Fazenda, Corpo de Bombeiros, Instituto Estadual do Ambiente (Inea), Vigilância Sanitária e prefeituras.

A criação do Inea também representou um significativo avanço, entre outras medidas adotadas na última década. Resultando na introdução de novas legislações que facilitam, beneficiam e expandem o acesso das empresas, principalmente as pequenas, a novos mercados,

a linhas de crédito e à informação qualificada. Além disso, é essencial que as prefeituras da região adotem o programa Licença 4.0, que busca reduzir o prazo entre a solicitação e a concessão de licenciamentos para o início das obras de construção, de modo a tornar todo o processo mais eficiente e célere, gerando benefícios para as empresas, prefeituras e população.

Em complemento às iniciativas para desburocratização do ambiente de negócios, a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas (Lei Federal nº 123/2006⁴) representou um importante avanço ao introduzir o Simples Nacional, bem como simplificar processos e estabelecer mecanismos de preferência para pequenas empresas em compras governamentais.

Proposta 2 - Simplificar o processo para a abertura de empresas e obtenção de licenças, aumentando a integração entre as secretarias municipais e destas com o Regin.

Proposta 3 - Melhorar e simplificar a concessão de autorização para obras, por meio do programa Firjan Licença 4.0.

Sustentabilidade

O compromisso com a adoção de práticas ambientalmente sustentáveis, a descarbonização da economia e a prevenção de eventos climáticos deve ser um direcionador para os governos, incluindo as prefeituras.

A concessão da Cedae, realizada pelo governo estadual, em 2021, representou um importante marco para viabilizar a melhoria dos serviços de saneamento básico no estado do Rio de Janeiro. Em Nova Iguaçu e Região todos os municípios tiveram o serviço de saneamento concedido com a venda da Cedae, com exceção de Mangaratiba que manteve a companhia estadual como responsável pelo seu abastecimento de água e a pre-

feitura como responsável pelo esgotamento sanitário.

Os municípios de Itaguaí, Paracambi e Seropédica são atendidos pelo grupo Águas do Brasil (Rio + Saneamento). Enquanto, Japeri, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu e Queimados são atendidos pela Aegea.

Vale ressaltar que, com a implantação do Marco Legal do Saneamento, a universalização dos serviços deve ser garantida até o ano de 2033. Em 2022, foram investidos cerca de R\$ 400 milhões nos serviços de saneamento da região. A concessão da Cedae, ainda, forneceu recursos para a criação do Pacto RJ, que contempla obras de infraestrutura e de mobilidade em todos os municí-

⁴ Acesse a Lei Complementar 123/2006, em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm.

pios da região. O programa estadual de investimentos, Pacto RJ,⁵ prevê a aplicação de R\$ 1,32 bilhão em gestão ambiental em todo o estado do Rio de Janeiro. Ainda em gestão ambiental, um tema que merece atuação direta das prefeituras é a coleta e a destinação adequada de resíduos urbanos e industriais. Esse permanece sendo um grande desafio a ser vencido em diversos municípios de Nova Iguaçu e Região. Nesse sentido, o *Mapeamento dos Fluxos de Resíduos Pós-Consumo*,⁶ realizado pela Firjan, identificou que no estado do Rio de Janeiro são gerados aproximadamente 7,5 milhões de toneladas de resíduos sólidos urbanos anuais. Além disso, o estudo apontou que o estado enterra, por ano, R\$ 2 bilhões em resíduos que poderiam ser reciclados. Caso fossem reciclados, poderiam movimentar a economia com a geração de 31,9 mil novos empregos e mais de R\$ 9 bilhões em renda.

sumo,⁶ realizado pela Firjan, identificou que no estado do Rio de Janeiro são gerados aproximadamente 7,5 milhões de toneladas de resíduos sólidos urbanos anuais. Além disso, o estudo apontou que o estado enterra, por ano, R\$ 2 bilhões em resíduos que poderiam ser reciclados. Caso fossem reciclados, poderiam movimentar a economia com a geração de 31,9 mil novos empregos e mais de R\$ 9 bilhões em renda.

Proposta 4 - Construir plano conjunto para tratamento de esgoto na região.

Proposta 5 - Ampliar a rede de Centros de Tratamento de Resíduos urbanos e industriais e instalar unidades locais de triagem pós-coleta e reciclagem para aumentar a destinação adequada de resíduos e o seu reaproveitamento.

Infraestrutura

Ordenamento urbano

8

O planejamento territorial é essencial para que os municípios potencializem o crescimento econômico e o desenvolvimento social. A adequada ocupação do solo por meio da definição da destinação das diversas áreas circunscritas ao município permite à prefeitura investir na infraestrutura necessária para a finalidade de cada uma delas.

Nesse sentido, os planos diretores são importantes instrumentos para orientar e ordenar a ocupação das áreas disponíveis. Em Nova Iguaçu e Região todos os municípios possuem planos diretores, com criação ori-

ginal entre 2006 e 2011. Os municípios de Mangaratiba, Mesquita, Nilópolis, Paracambi, Queimados e Seropédica já realizaram revisões em seus planos ou estão no processo, com o intuito de mantê-los atualizados. Já os municípios de Itaguaí, Japeri e Nova Iguaçu possuem planos elaborados e revisados há mais de dez anos, o que indica que precisam iniciar o processo de atualização. A atualização dos planos diretores municipais possibilita a exploração de zonas específicas, concedendo acesso democrático ao solo urbano e à moradia em áreas habitáveis para a população de forma geral.

⁵ O Pacto RJ surgiu, em 2022, com o objetivo de dar transparência à sociedade fluminense no processo de retomada dos investimentos públicos pelo estado. Para isso, foi desenvolvida uma plataforma digital, que permite o acesso direto às informações a respeito do ciclo de vida dos projetos incluídos na carteira de investimento, englobando desde a sua concepção até a finalização da obra pública. A plataforma do Pacto RJ reúne todo o conjunto de dados em *dashboards* atualizados e intuitivos, visando ao acompanhamento dos projetos de forma clara e simples para todos os cidadãos. Acesse o portal em www.pacto.rj.gov.br.

⁶ Acesse a publicação da Firjan *Mapeamento dos Resíduos Pós-consumo no estado do Rio de Janeiro* (2023) em <https://www.firjan.com.br/publicacoes/manuais-e-cartilhas/mapeamento-dos-fluxos-de-reciclaeis-pos-consumo-no-estado-do-rio-de-janeiro.htm>.

Proposta 6 - Preservar as áreas destinadas à instalação de distritos e condomínios industriais, coibindo ocupações irregulares.

Proposta 7 - Cumprir e manter atualizados os planos diretores municipais, em interlocução com o governo estadual, para evitar a ocupação irregular, garantir pavimentação adequada com o apoio do programa da Firjan Calçadas Acessíveis e desenvolver novas áreas para núcleos habitacionais (residências, comércio e serviços).

Logística e mobilidade

O estado do Rio de Janeiro conta com uma localização privilegiada no país e as principais rodovias federais cortam o seu território. Porém, para isso se tornar um fator de atratividade e competitividade, é preciso impulsionar os investimentos em infraestruturas, com o intuito de torná-las cada vez mais eficientes. Nesse sentido o estado do Rio de Janeiro tem contado com programas que possibilitam a aplicação de recursos financeiros em obras de infraestruturas espalhadas por todo o estado, como o PAC⁷ e o Pacto RJ. O Pacto RJ tem viabilizado a realização de obras de infraestrutura e de mobilidade em diversos municípios de Nova Iguaçu e Região. No âmbito do Novo PAC, lançado em agosto de 2023, o governo federal aprovou o estudo do projeto da EF-118, trecho ferroviário a ser contratado pela Infra S.A., que possibilitará a ligação do polo multimodal de Queimados ao Complexo de Energias Boaventura (antigo Polo GasLub), por meio da ligação dos eixos ferroviários norte e sul do estado do Rio de Janeiro, e do Porto do Açu ao estado do Espírito Santo.

Em 2021, a Firjan publicou o documento *Rio Canteiro de Obras*,⁸ destacando obras de infraestrutura prioritárias para o estado, que foram majoritariamente incorpora-

das ao Pacto RJ. Entre elas, a adequação de infraestrutura e reforço da segurança no Distrito Industrial de Queimados, a realização de ação emergencial junto à prefeitura para melhoria dos acessos e da infraestrutura interna do Condomínio Industrial Jardim Marajoara (Japeri) e a implantação da Rodovia Transbaixada (RJ-103), ligando a BR-040 à Via Light, melhorando a logística e a mobilidade urbana na Região Metropolitana do Rio de Janeiro e reduzindo o trânsito na Rodovia Washington Luís, Via Dutra e Avenida Brasil.

Em âmbito municipal, existem importantes iniciativas e projetos que visam melhorar a mobilidade urbana e a logística dos municípios fluminenses, como o Plano de Mobilidade. O Plano de Mobilidade Urbana (PMU) é uma obrigação prevista na Política Nacional de Mobilidade Urbana que viabiliza as prefeituras pleitearem recursos federais para a realização de intervenções que melhoram a mobilidade. Os municípios com população superior a 20 mil habitantes precisam apresentar os PMUs contendo as obras de mobilidade urbana previstas para os próximos dez anos, de modo a serem habilitados a receber os recursos federais para financiar a realização das intervenções. A Medida Provisória 1.179/2023⁹ prorrogou o prazo para ela-

⁷ O PAC - Programa de Aceleração do Crescimento, que está em sua terceira versão, tem o objetivo de acelerar o crescimento econômico, aumentar o emprego e melhorar as condições de vida da população brasileira. O programa possui um conjunto de medidas destinadas a incentivar o investimento privado, aumentar o investimento público em infraestrutura e remover obstáculos ao crescimento. O novo PAC terá como principal desafio o aumento do índice de conclusão das obras, que na primeira versão ficou abaixo de 10% e na segunda versão chegou em 25%. Estão previstos investimentos na ordem de R\$ 1,7 trilhão, sendo R\$ 1,4 trilhão até 2026.

⁸ Acesse a publicação da Firjan *Rio Canteiro de Obras* em <https://firjan.com.br/data/files/5F/93/1C/81/A4BF971053F67D97A8A809C2/Rio%20Canteiro%20de%20Obras.pdf>.

⁹ Acesse a Medida Provisória 1.179/2023 em <https://www.congressonacional.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/158690>.

boração dos PMUs: a data ficou em 12 de abril de 2024, para cidades com mais de 250 mil habitantes, e 12 de abril de 2025, para cidades com até 250 mil habitantes. Nesse contexto, os municípios de Itaguai, Mangaratiba, Mesquita, Paracambi e Queimados possuem planos de mobilidade urbana ou documentos similares. Porém, os municípios de Japeri, Nilópolis, Nova Iguaçu e Seropédica não possuem registro de planejamento da mobilidade urbana. Em novembro de 2023, Nilópolis apresentou um plano de mobilidade urbana à Câmara Municipal. Além dos planos de mobilidade urbana, nos últimos anos foram observadas obras de reforma e construção de ciclovias nos municípios de Japeri, Mangaratiba, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Queimados e Seropédica e expansões do Programa da Firjan Calçadas Acessíveis nos municípios de Itaguai, Paracambi e Queimados. Por fim, a concessão do projeto rodoviário Rio-Valadares está sob concessão da EcoRioMinas, que assumiu a

operação de trechos das BR-116, BR-465 e BR-493. Segundo dados do Programa de Exploração da Rodovia, a regional será contemplada com diversos investimentos, como o viaduto (interseção diamante) no Distrito Industrial de Queimados, proporcionando a redução da distância de acesso ao Arco Metropolitano e melhorando o acesso ao distrito até o quarto ano de concessão (setembro de 2026); a construção de 28 km de extensão de vias marginais entre os municípios de Nova Iguaçu e Queimados, previstas para até o quarto ano da concessão (setembro de 2026); e as obras do Arco Metropolitano (BR-493), que deve receber quatro obras de retorno, uma de interseção e uma de vias marginais, contemplando o trecho que pertence aos municípios de Nova Iguaçu, Japeri e Itaguai, com previsão de entrega entre o sexto e o oitavo ano de concessão (setembro de 2028 e setembro de 2030). O principal desafio do ponto de vista logístico na região refere-se ao tráfego na BR-101.

Proposta 8 - Atuar junto ao governo estadual e à concessionária para melhorar os acessos, as alças e o viaduto de Queimado na área do Arco Metropolitano, integrando as rodovias estaduais e municipais.

Proposta 9 - Atuar junto ao governo federal para ampliar os investimentos em infraestrutura marítima visando melhorar a qualidade e aumentar as rotas desse modal logístico.

Energia elétrica

A qualidade da energia é fundamental para a manutenção da produtividade industrial, para isso é preciso realizar avaliações quanto à necessidade de obras estruturais e de modernização da rede de energia na região, além de elaborar um plano estratégico com metas, objetivos e prazos. As empresas localizadas em Nova Iguaçu e Região relatam, com frequência, ocorrências de oscilações, picos e interrupções no fornecimento de energia. Medidas mais emergenciais de curto prazo já podem ser tomadas e constar no radar dos órgãos públicos responsáveis, como a realização periódica de podas preventivas na vegetação, o que evitaria muitas

das ocorrências de falhas no abastecimento de energia. Garantir uma boa articulação entre prefeituras, secretarias e distribuidoras de energia é essencial para se alcançar resultados positivos nos pleitos de melhoria no fornecimento de energia elétrica. Essa sinergia possibilitará a realização do cronograma de podas, a avaliação de melhorias na infraestrutura atual e a estruturação de estudos para a modernização das redes. A eficiência do serviço de fornecimento de energia elétrica beneficiará não só o setor produtivo e seus distritos industriais, mas também toda a população da região.

Proposta 10 - Realizar podas preventivas de modo a contribuir para a estabilidade no fornecimento de energia elétrica nas áreas de concentração industrial, nos distritos e condomínios industriais e empresariais.

Telecomunicações

Nova Iguaçu e Região buscam avanços na expansão da cobertura de rede 5G e 4G, com o objetivo de que todos os municípios da região possuam ao menos a cobertura 4G disponível.

Proposta 11 - Adequar a infraestrutura física das escolas públicas de modo a implantar internet, possibilitando a aplicação de programas com novas tecnologias voltados à melhoria do nível de escolaridade e da qualidade do ensino.

Propostas em níveis federal e estadual com impacto na região

Há pautas empresariais com impacto direto na competitividade das indústrias e no desenvolvimento de Nova Iguaçu e Região tratadas nas esferas federal e estadual para as quais torna-se essencial o envolvimento ativo dos governos municipais. Entre elas, destacam-se:

Agenda de Propostas Firjan para um Brasil 4.0 – Esfera Federal

Proposta 20 - Aperfeiçoar a legislação vigente, buscando a redução da impunidade de crimes que envolvam o roubo de cargas e o mercado de produtos falsificados e de origem ilícita.

Proposta 39 - Combater ligações irregulares e clandestinas, reduzindo os níveis de perda e, assim, aliviando os custos para consumidores e concessionários.

Agenda de Propostas Firjan para um Brasil 4.0 – Esfera Estadual

Proposta 5 - Compromisso com a segurança jurídica – não redução de benefícios fiscais já concedidos aos contribuintes.

Proposta 14 - Intensificar o controle das divisas estaduais, por meio de um programa de barreiras fiscais e a instalação de Centros Integrados de Comando e Controle, estrategicamente posicionados, com o objetivo de diminuir a entrada de armas, munições e drogas que alimentam o crime organizado.

Proposta 15 - Investir em avanços tecnológicos e no aparelhamento das Polícias Civil e Militar, bem como nas atividades de inteligência e investigação.

Proposta 26 - Promover a concessão da Transbaixada, da Via Light e da Linha Vermelha.

Proposta 28 - Realizar estudo referente à necessidade de ampliação de carga e melhoria na qualidade da energia em conjunto com as distribuidoras, visando elevar a confiabilidade e a estabilidade da rede, principalmente nas áreas dos distritos industriais.

Proposta 29 - Elaborar um plano de ação em conjunto com as empresas de energia, órgãos de segurança pública e sociedade civil para reduzir as perdas comerciais de energia no estado.



firjan.com.br/brasilquatropontozero

